

AFRICAN POLICY DIALOGUE MOZAMBIQUE

Indústria extractiva deve contribuir para o crescimento e transformação estrutural da economia do país

- Moçambique deve reforçar o nexus: governação inclusiva, indústria extractiva e processo de transformação da sua estrutura produtiva. A indústria extractiva deve estar ancorada na agenda de desenvolvimento do país, promovendo a diversificação da economia, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida dos moçambicanos.





Há sensivelmente dois anos, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) estabeleceu, em parceria com a Plataforma INCLUDE e Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden do Reino dos Países Baixos, o primeiro *African Policy Dialogue (APD)* em Moçambique. Uma iniciativa visando a criação de um espaço independente de interação entre representantes do Governo, sector privado, sociedade civil, académicos e outros actores relevantes para, em conjunto, gerar evidências empíricas sobre problemas socioeconómicos que afectam o país e, assim, apoiar a elaboração e implementação de políticas que possam conduzir a economia para um crescimento sustentável e inclusivo.

Em termos conceptuais, o *African Policy Dialogue (APD)* centra-se em questões consideradas prioritárias para as economias africanas tendo em conta as suas agendas de desenvolvimento. Em Moçambique, o *boom* de recursos naturais experimentado na última década fez com que o tema “Indústria Extractiva, Governação Inclusiva e Transformação Económica Estrutural” fosse o seleccionado para conduzir os debates.

Depois de ter realizado a conferência inaugural, em Setembro de 2020, o APD Moçambique realizou diversas pesquisas, *webinars* e conferências regionais visando a partilha de conhecimento e o

estabelecimento de uma ponte entre a pesquisa e o processo de formulação de políticas no país, com foco no *nexus* entre a indústria extractiva, governação inclusiva e transformação económica estrutural. Por fim, e como apelo à acção, no dia 15 de Dezembro de 2022, foi realizada uma reunião presencial com oficiais do Governo, sociedade civil, sector privado e académicos para apresentar e discutir as evidências recolhidas, em prol de um processo decisório mais informado.

Em termos conceptuais, o African Policy Dialogue (APD) centra-se em questões consideradas prioritárias para as economias africanas tendo em conta as suas agendas de desenvolvimento. Em Moçambique, o boom de recursos naturais experimentado na última década fez com que o tema “Indústria Extractiva, Governação Inclusiva e Transformação Económica Estrutural” fosse o seleccionado para conduzir os debates.

“O APD permitiu levar o conhecimento para o espaço de discussão de políticas”, Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD



A implementação do *African Policy Dialogue* permitiu que os países africanos dialogassem entre si, embora este diálogo ainda continue enfraquecido. Mas mais do que isso, o APD permitiu levar o conhecimento para o espaço de discussão de políticas. O entendimento que existia até então é que os fazedores de políticas não estavam conectados aos que tinham as evidências/conhecimento, defendeu o Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD.

Dissertando sobre o tema “Governação inclusiva como catalisadora de uma transformação económica estrutural em Moçambique: Lições do APD Moçambique”, o Prof. Nuvunga destacou o simbolismo associado àquela que é considerada a maior descoberta de gás natural no continente africano e o seu potencial no processo de crescimento e transformação da economia nacional.

“Não se esqueçam que durante o *The African Ri-*

ving Conference, em 2014, a senhora Christine Lagarde, que hoje é a Presidente do Banco Central Europeu, disse que Moçambique tinha condições para ser o ‘Qatar de Africa’. Volvidos mais de 6 anos, estamos aqui hoje para interrogar as possibilidades dos recursos naturais (e dos hidrocarbonetos em particular) e o potencial da Juventude serem colocados ao serviço não somente do crescimento, mas também da transformação económica”.

Para o Prof. Nuvunga, governação inclusiva é um dos principais factores que explicam a actual situação de Moçambique. Na sua perspectiva, a governação que privilegia a participação de todos os segmentos da população nos processos grandes de tomada de decisão, mormente aqueles que operam a partir das margens (a nível das comunidades), promove o “*Ownership*”, contribuindo para o empoderamento das comunidades e a resolução de potenciais conflitos.

Catalisando uma transformação económica estrutural ancorada no desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades

Gabriel Manguela – Pesquisador do CDD

Fornecendo o enquadramento da discussão, Gabriel Manguela, pesquisador do CDD, começou por promover uma reflexão em torno dos conceitos-chave da temática que foi orientando os trabalhos realizados ao longo dos dois anos de implementação da iniciativa seguida por uma apresentação das principais constatações e recomendações.

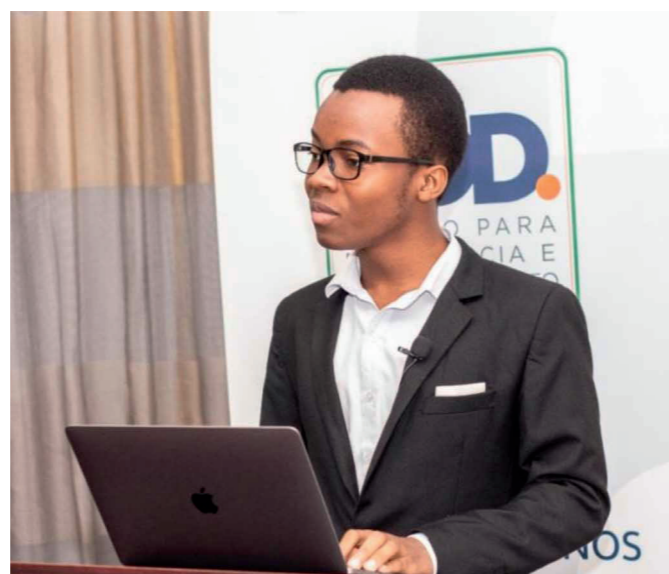
Elaborando sobre o conceito de governação inclusiva, o pesquisador do CDD explicou que o mesmo não remete apenas à parte dos processos (como são tomadas as decisões e a que nível as pessoas podem participar dos processos de decisão), mas também envolve os resultados (considerações sobre equidade distributiva, ou seja, como os resultados das políticas tomadas beneficiam cada membro da sociedade).

Num outro desenvolvimento, explicou que a ideia de transformação económica estrutural compreende a transformação da estrutura produtiva ancorada ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida das comunidades. De uma estrutura produtiva com foco no sector primário, a ideia é passar para a segunda fase do processo em que há um processo de industrialização. E mais: os recursos naturais deveriam contribuir para o desenvolvimento da indústria, promovendo a geração de empregos e, assim, apoiando o aumento da capacidade de geração de meios de subsistência para as comunidades.

Contudo, este ainda subsiste como um potencial não realizado para o caso da economia nacional. A abundância de recursos e grandes investimentos na indústria extractiva (70% dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro da última década) não contribuíram significativamente para a transformação estrutural, diversificação económica e melhoria dos meios de subsistência em Moçambique.

Além do baixo contributo para o processo de crescimento e diversificação da economia nacional, o sector extractivo apresenta um baixo contributo na geração de meios de subsistência. “O sector extractivo contribui com menos de 1% do emprego total. Apesar das receitas geradas pelo sector, as oportunidades de emprego continuam sendo um desafio fundamental para os jovens”, destacou.

Elaborando sobre o processo de partilha de recei-



tas no sector extractivo, Gabriel Manguela explicou que, até o estabelecimento do APD em Moçambique, a percentagem de *royalties* da indústria extractiva alocada para o desenvolvimento das comunidades estava legalmente fixada em 2,75%, uma das taxas mais baixas da África e do mundo. Segundo as pesquisas, esta fracção não conseguia levar o desenvolvimento às comunidades não só pelo facto de ser muito baixa, mas também porque quase nunca era alocada na totalidade. Entretanto, actualmente são alocados 10% das receitas fiscais para o desenvolvimento das províncias onde a extracção ocorre.

No cômputo geral, os dados indicam que o país padece de uma maldição dos recursos naturais. Com efeito, mais de 50% dos moçambicanos vivem em situação de pobreza extrema e com níveis consideravelmente elevados de insegurança alimentar e desnutrição, sendo as regiões centro e norte as mais afectadas. Esta é uma situação controversa, considerando que as regiões centro e norte são as que albergam boa parte dos recursos naturais do país.

No final da sua apresentação, Gabriel Manguela avançou algumas recomendações para que a indústria extractiva contribua não só para o crescimento económico, mas acima de tudo para a transformação estrutural da economia nacional e a melhoria do padrão de vida dos moçambicanos.

A primeira consiste precisamente em empregar um modelo de governação inclusivo para garantir o envolvimento das partes interessadas no processo de tomada de decisão, transparência e gestão dos recursos naturais e das receitas geradas. Este modelo deve ser complementado pela operacionalização do plano de monetização do gás natural, ligando as reservas da Bacia do Rovuma ao desenvolvimento nacional específico, como a sua utilização para a produção de electricidade, combustíveis e fertilizantes.

Adicionalmente, é preciso assegurar que o uso das receitas geradas pelos projectos da indústria

extractiva contribua não só para a melhoria dos meios de subsistência das comunidades locais, mas também como estratégia para a mitigação de conflitos e catalisação da agenda de desenvolvimento. Para isso, propõe-se o estabelecimento de uma política de partilha de receitas robusta que seja eficiente, justa e estável – implicando: clareza na definição dos objectivos de repartição e alinhamento do sistema de repartição de receitas com os seus objectivos; criação de um grau de flexibilidade no sistema; consenso nacional sobre a fórmula; codificação da fórmula na lei; formalização de uma entidade de supervisão independente).

“É preciso criar e melhorar os mecanismos de participação das comunidades”, Stefânia Mónica, Representante do Ministério da Economia e Finanças

Stefânia Mónica, Representante do MEF

Comentando os resultados apresentados, Stefânia Mónica, Representante do Ministério da Economia e Finanças (MEF), começou por problematizar o paradoxo da abundância na economia do país. “É controverso que Moçambique esteja na lista dos países mais pobres do mundo, quando em contrapartida é um dos países mais ricos em termos de recursos naturais”, referiu.

Reconhecendo os desafios que o país enfrenta na conversão dos seus recursos naturais em melhorias das condições de vida da população, Stefânia Mónica enfatizou a importância da participação das comunidades no processo de desenvolvimento do país. Segundo explicou, é preciso criar e melhorar os mecanismos de participação das comunidades, e dos jovens em particular, para resolver os problemas que o país tem enfrentado.



“Políticas podem existir, mas o empresariado local deve preparar-se para fornecer os serviços a esses projectos”, António Manda, Representante do Ministério dos Recursos Minerais e Energia

António Manda, Representante do MIREME

Comentando sobre a necessidade de ancorar o gás natural da Bacia do Rovuma na agenda nacional de desenvolvimento, António Manda, representante do Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), explicou que 25% do gás descoberto na bacia do Rovuma deverá ser usado para a industrialização do país através da produção de fertilizantes e outros produtos. Segundo explicou, um dos exemplos das acções do Governo com vista a usar o gás para a industrialização é a elaboração do estudo para desenvolvimento do projecto de construção de uma conduta de gás natural ligando o norte e o sul do país, com ramificações para províncias do interior e alguns países vizinhos.

Entretanto, o sucesso do processo de monetização depende não só da vontade do Governo, mas também da “agressividade” do sector privado. A questão do conteúdo local é um desafio para o Governo assim como para o empresariado nacional. “Políticas podem existir, mas o empresariado local deve preparar-se para fornecer os serviços a esses projectos”, explicou.

Num outro desenvolvimento, reconheceu que, devido à instabilidade no norte de Moçambique, o



sector privado tem vindo a recuar nas suas decisões em relação aos projectos para a utilização do gás natural para a produção desses derivados – caso da Yara International a que teria sido adjudicada em 2016 a produção de fertilizantes.

Apoiando pequenas e médias empresas para dinamização da economia local

Frederico Paiva – Gestor de Investimento Social da TotalEnergies

Por seu turno, Frederico Paiva, Gestor de Investimento Social da TotalEnergies, fez notar a importância das empresas do sector extractivo na promoção do conteúdo local através do apoio às pequenas e médias empresas (PME). Recorrendo a exemplos concretos do projecto Golfinho/Atum a ser executado na Área 1, Paiva explicou que está em curso um processo de registo e capacitação de pequenas e médias empresas nos distritos de Palma e Mocimboa da Praia, na província de Cabo Delgado. Adicionalmente afirmou que já existem acordos com algumas empresas para o fornecimento de refeições e outros



serviços com vista a dinamizar a economia local.

Entretanto, segundo explicou, o apoio às PME ligadas à cadeia de valor da indústria extractiva/multinacionais não é a única forma de dinamizar a economia local das comunidades onde decorrem as explorações. A empresa também tem apostado numa série de programas de geração de meios de subsistência

nas áreas de agricultura e pesca, tendo beneficiado cerca de 3400 pessoas. Apesar de o seu objectivo principal ser o de contribuir para estabilização da zona actualmente afectada pelo conflito, os programas também contribuem para a geração de emprego, ainda que não estejam directamente ligados ao projecto.

Promovendo um desenvolvimento inclusivo em todas as vertentes

Dr. Romão Xavier – Director da OXFAM Moçambique

Falando em representação da OXFAM Moçambique, Romão Xavier destacou o papel da promoção da inclusão em todas as suas vertentes no processo de desenvolvimento económico: a participação não só como meio de transformação da forma como vemos o desenvolvimento, mas também como um fim.

Para elucidar a sua tese, questionou a limitação legal das aplicações que podem ser feitas com os recursos recebidos pelas comunidades afectadas pelo projectos de exploração, sendo que muitas vezes são usados em despesas que, a princípio, deveriam ser realizadas pelo Governo central.

Por fim, defendeu a necessidade de reflexão em torno das estratégias que, a curto prazo, podem ser implementadas para que o *boom* de recursos naturais também contribua para a transformação do sector da agricultura. Romão Xavier entende que a importância da agricultura na economia em termos de contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) e absorção de mão-de-obra não vai mudar de um ano para outro. Portanto, o desenvolvimento da agricultura significaria dar passos importantes para o desenvolvimento do país.



A importância da agricultura na economia em termos de contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) e absorção de mão-de-obra não vai mudar de um ano para outro. Portanto, o desenvolvimento da agricultura significaria dar passos importantes para o desenvolvimento do país.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Nelsa Langa
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

